PROJETO STARTUP – PETIÇÃO INICIAL CIDADÃ

Filipe Jéferson Guedes Aragão*[1], John Lennon de Oliveira Santos Araujo[1], Adhinan Lucas Araújo de Carvalho[1], Miquéias Porfiro Alves[1], Ânderson de Araújo Neves[1].

[1] Centro Universitário São Lucas, Porto Velho, Rondônia, Brasil
*Autor correspondente: filipejeferson@hotmail.com

Este resumo descreve o projeto "Petição Inicial Cidadã em Startup Jurídica", uma iniciativa inovadora que busca transformar o acesso à justiça para o cidadão comum, especialmente no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis (JECs). O projeto propõe o desenvolvimento de uma plataforma de inteligência artificial (IA) para auxiliar indivíduos na elaboração de petições iniciais, considerando a dispensa de advogado em causas de menor complexidade nos JECs (Lei nº 9.099/95). A iniciativa visa simplificar o processo judicial, frequentemente complexo e dispendioso, permitindo que mais cidadãos exerçam seus direitos. A dificuldade de acesso à justiça, especialmente para cidadãos com menor poder aquisitivo e familiaridade com o sistema legal, é um desafio significativo. Embora os JECs visem simplificar a resolução de conflitos, a elaboração de uma petição inicial eficaz ainda é um obstáculo para muitos. A linguagem jurídica formal e a necessidade de conhecimento técnico especializado impedem que muitos busquem seus direitos. Este projeto se justifica pela necessidade de mitigar essas barreiras, oferecendo uma solução acessível e eficiente para a apresentação de demandas nos JECs, em consonância com os princípios da Lei dos Juizados Especiais: simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. O objetivo principal é desenvolver e implementar uma plataforma online, alimentada por IA, para auxiliar o cidadão na elaboração de petições iniciais para os JECs. Os objetivos específicos incluem: Desenvolver um sistema de IA intuitivo para descrever fatos em linguagem natural; Construir uma base de conhecimento jurídica abrangente (legislação, jurisprudência); Implementar algoritmos de processamento de linguagem natural (PLN) para gerar petições fundamentadas; Permitir revisão e edição da petição pelo usuário antes da apresentação; Oferecer acesso à plataforma via mensalidade acessível; Democratizar o acesso à justiça e reduzir a dependência de advogados em casos simples; Promover a educação

jurídica do cidadão. O projeto adotará uma abordagem multidisciplinar, combinando direito, ciência da computação e design de experiência do usuário. As etapas incluem: Pesquisa e análise da legislação dos JECs e necessidades dos cidadãos; Desenvolvimento de IA com modelos de PLN e base de conhecimento jurídica; Desenvolvimento de plataforma online com interface intuitiva, testes com usuários e especialistas para garantir precisão e usabilidade, a implementação e lançamento da plataforma, monitoramento e melhoria contínua da plataforma. A implementação do projeto "Petição Inicial Cidadã" pode gerar resultados positivos, como: Maior acesso à justiça para cidadãos sem condições de contratar advogado a redução da sobrecarga do judiciário com petições mais precisas, empoderamento do cidadão para buscar soluções para seus conflitos, maior celeridade processual nos JECs, inovação no setor jurídico com uso de IA, contribuição para uma sociedade mais justa e equitativa. O projeto "Petição Inicial Cidadã em Startup Jurídica" representa uma solução promissora para os desafios do acesso à justiça, especialmente nos JECs. Ao utilizar a IA para simplificar a elaboração de petições iniciais, o projeto visa empoderar o cidadão, facilitar a resolução de litígios e promover um sistema judiciário mais acessível e eficiente. Acreditamos que esta iniciativa está alinhada com os valores do MIT Afya São Lucas, buscando soluções inovadoras e socialmente relevantes.

Palavras-Chaves: Petição. Cidadã. Juizado.